

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 129.036  
ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2017.  
RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## ACÓRDÃO N° 11.172/2019

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO**  
Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR** e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

Rio Branco - Acre, 14 de março de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 129.036

ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**<sup>1</sup>.
2. Em 02 de maio de 2018, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*<sup>2</sup>, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>3</sup>.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 334) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD** (fls. 340/344).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, a i. Procuradora Dra. Anna Helena de Azevedo Lima manifestou-se pela regularidade, com ressalvas, das

<sup>1</sup> Diretora Presidente;

<sup>2</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

<sup>3</sup> Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 129.034 (Acórdão n. 11.172/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fls. 349/350).

5. É o Relatório.

6. Rio Branco, 14 de março de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 129.036

ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (4ª edição do Manual de Referência), tendo sido encaminhada tempestivamente e com documentação necessária ao seu processamento (Anexo VI);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 03/122) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 129.034 (Acórdão n. 11.172/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

inclusive com a indicação de profissional da área de contabilidade<sup>5</sup>, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

c) o Órgão apresentou as “Declarações de Nada Consta” para os itens V, VI, VIII, IX, X e XI, do Anexo VI<sup>6</sup>, da Resolução n. 87/2013, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da referida Resolução<sup>7</sup>, cabendo destacar que não houve movimentação de recursos financeiros no exercício;

d) prosseguindo, a diminuta, quase irrisória, destinação de recursos à **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD** confirma-se pelo teor da Lei Estadual n. 3.205, de 29-12-2016, que estimou receitas e despesas no patamar de R\$ 1,00 (um real), e pelo **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, bem como pelo **RELATÓRIO SINTÉTICO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS**, não tendo havido suplementações ou anulações<sup>8</sup>;

e) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** e a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, não há bens em nome da Fundação, tendo sido esclarecido em Nota Explicativa que os bens da Unidade foram transferidos para a Fundação Elias Mansour em maio de 2016, no valor total de R\$ 136.044,00 (cento e trinta e seis mil e quarenta e quatro reais), consoante “Termo de Transferência Interna entre a FDRHCD e a FEM”, que consta nos autos n. 124.309 (Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2016)<sup>9</sup>.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>10</sup>, pela:

<sup>5</sup> Marcelo Augusto Jorge - Portaria n. 454, de 08-05-2017;

<sup>6</sup> V. Relatório da dívida fundada de forma individualizada e com suas especificações;

VI. Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações bancárias

VIII..Demonstrativos dos recursos concedidos, por meio de convênios, acordos, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres e suas alterações, por subvenção, doação, auxílio ou contribuição, justificando os saldos remanescentes de exercícios anteriores e os valores pendentes, ou em aberto, no exercício;

IX. Demonstrativo das obras contratadas e suas alterações;

X. Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

XI. Demonstrativo das diárias

<sup>7</sup> § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

<sup>8</sup> Houve o desembolso pela SGA do montante de R\$ 2.469.807,07 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil oitocentos e sete reais e sete centavos) para o pagamento de pessoal;

<sup>9</sup> Acórdão n. 10.990, de 22 de novembro de 2018

EMENTA: Prestação de Contas. Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto (FDRHCD). Apuração da ausência de informação sobre o valor das causas nos processos judiciais em desfavor da FDRHCD. Regularidade com ressalva. Notificação. Arquivamento.

<sup>10</sup> Art. 51 - As contas serão julgadas:

Processo TCE n. 129.034 (Acórdão n. 11.172/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**3.1) APROVAÇÃO da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**, e

**3.2) REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

**4. É como Voto.**

**5. Rio Branco, 14 de março de 2019.**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora